

Transições políticas na América Latina em perspectiva comparada

Teresa Cristina Schneider Marques¹

Resumo. No final do século XX, diversos países latino-americanos passaram por processos de transição política, incentivando diversos estudos que buscavam compreender o fenômeno. Muitos desses estudos elegeram a análise comparada como método de investigação, com o objetivo de identificar padrões nos processos de transição política. Entretanto, essa metodologia muitas vezes foi criticada pela ausência de rigor matemático e pelo fato de trabalhar com a análise de poucos casos. Contudo, a análise das principais pesquisas comparadas sobre transições políticas na América Latina nos indica que, apesar dos seus problemas, essa metodologia trouxe resultados relevantes para a compreensão do fenômeno. Dessa forma, o presente artigo se propõe a verificar a importância do método comparativo para a compreensão do fenômeno e para as ciências sociais.

Palavras-chave: transições políticas, América Latina, análise comparada.

Political transitions in Latin America in comparative perspective

Abstract. At the end of twentieth century, many countries in Latin America have passed by processes of political transitions, encouraging several studies that aim to understand the phenomenon. Many of these studies have chosen the comparative analysis as research method, with the aim of identify the rules in the processes of political transition. However, this method was often criticized because of a lack of mathematical exactness and for working with the analysis of few cases. Nevertheless, the analysis of the most important comparative researches about political transitions in Latin America indicate that, despite the problems, this method gives results that are relevant to understanding the phenomenon. By this way, this article proposes to check the importance of the comparative method for the comprehension of the phenomenon and for the social sciences.

Key-words: political transitions, Latin America, comparative method.

¹ Graduada e Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Atualmente é doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com estágio doutoral no Institut d'Études Politiques de Paris (Sciences Po), e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

1 Introdução

Brasil, Argentina, Chile, Uruguai estão entre os diversos países latino-americanos que passaram por processos de transição democrática no final do século XX. O fato desses processos terem ocorrido quase simultaneamente incentivou diversos estudos na ciência política sobre a temática, com o intento de identificar padrões que pudessem explicar as causas da emergência da democracia no continente. Diante da grande diversidade de processos de transição e da incerteza quanto aos seus resultados – traço característico desses processos –, o método comparativo surgiu como uma possibilidade metodológica para a análise do fenômeno.

O presente artigo busca analisar as contribuições da metodologia comparativa para os estudos sobre transição política na América Latina. Sendo assim, procede-se a uma revisão sobre o método comparativo, objetivando compreender as suas vantagens e problemas para as pesquisas nas ciências sociais em geral. Posteriormente, será discutido de que forma diversos estudos aplicaram o método para compreender os processos de transição no continente latino-americano e os resultados que foram obtidos pelos mesmos.

2 Vantagens e problemas do método comparativo nas ciências sociais

A análise comparada é um dos principais métodos de pesquisa utilizados pelas ciências sociais para compreender os processos políticos. Alguns autores, tais como Bertrand Badie e Guy Hermet inclusive defendem que a ciência política se constituiu graças ao método comparativo (BADIE e HERMET, 1993, p.15). Tamanha importância é atribuída a este método pelos cientistas políticos porque diferente das ciências exatas, que podem usar métodos mais eficazes para controlar hipóteses – tais como o método experimental e o estatístico –, as ciências sociais não podem submeter os seus objetos de estudo à experimentação.

Segundo Sartori, o poder explicativo do método comparativo consiste em identificar regularidades. Ao comparar podemos aprender com as experiências dos outros – pois segundo o referido autor, não é possível conhecer o próprio país, se não conhecer os demais –, além de

explicar melhor um determinado contexto político, econômico e social (SARTORI, 1994a, p. 31-32). Assim, as comparações, além de possibilitar uma descrição mais detalhada das entidades, fornecem dados para a formulação de uma teoria explicativa. É certo que os dados obtidos com a pesquisa comparada não possuem rigor matemático, porém permitem identificar “leis de tendências”, que não são descartadas automaticamente no caso de uma exceção à lei (SARTORI, 1994b, p. 06).

Além da ausência de rigor matemático, frequentemente as análises comparativas nas ciências sociais se deparam com o problema do contraste entre muitas variáveis e poucos casos. Geralmente, recorre-se a esse tipo de análise porque os especialistas em política comparada costumam estudar fenômenos macro-políticos que, ou ocorrem raramente, ou acredita-se que são mais bem entendidos a partir da análise de um número reduzido de observações (COLLIER, 2002, p. 52).

Para David Collier, a tendência de muitos comparatistas em considerar poucos casos foi fortalecida por alguns fatores, tais como o surgimento da ciência social interpretativa, o êxito das análises histórico-comparativas, os avanços dos estudos de caso, a persistente tradição intelectual e institucional dos estudos de área e do estilo de pesquisa promovidos por tais estudos, entre outros motivos (COLLIER, 2002, p.74). Todos estes fatores levaram o referido autor a argumentar que existe uma tendência entre os cientistas sociais para continuar trabalhando com um número pequeno de casos em suas pesquisas comparativas:

O método comparativo, tal como é definido por Lijphart, goza de um status intermediário entre as duas dimensões consideradas. Se os compararmos com o método experimental e estatístico, oferece um fundamento mais debilitado para proceder com o controle de hipóteses, sobretudo devido ao problema de muitas variáveis com o N pequeno [Poucos casos], mas, sempre com a finalidade de controlar as hipóteses, oferece um estudo mais robusto que o estudo de caso. Com efeito, o método comparativo, ainda que tenha o problema de dispor de mais variáveis do que casos, permite em qualquer caso a possibilidade de proceder a análises sistemáticas, que, se são utilizadas adequadamente, oferecem uma contribuição à confrontação entre explicações alternativas² (COLLIER, 2002, p. 56).

² Tradução sob responsabilidade da autora.

A preferência pela análise de poucos casos também se dá devido ao fato de que todo processo político possui particularidades de diversas ordens, que devem ser observadas com cuidado pelo investigador. Por isso, a base da metodologia comparativa é o estudo de caso, pois ele permite identificar quais são os aspectos comparáveis, para então, verificar padrões. Logo, ao realizar um estudo comparativo, é importante determinar quais serão os critérios utilizados na comparação. Isto é, o pesquisador deve se perguntar: comparável sob qual aspecto? A análise comparativa tem como objetivo identificar assimilações e diferenças entre determinadas entidades com relação a um critério. Se elas se assemelham em todas as suas características, segundo Sartori, elas constituem uma mesma entidade. Contudo, caso as mesmas sejam totalmente diferentes, a análise comparativa perde o sentido (SARTORI, 1994b, p. 02).

Ao indicar como se deve comparar, o que deve comparar, é que a comparação se confirma como um método de pesquisa. É um método de pesquisa imperfeito e limitado, contudo, segundo Lipjart, é o método aplicável nas ciências sociais que mais se aproxima da metodologia experimental utilizada nas ciências exatas, que têm a vantagem de poder isolar as variáveis desejadas para verificar a relação de causalidade entre elas. Tais problemas da investigação comparativa levaram Lipjart a classificá-la como uma estratégia de pesquisa básica, indicada para investigações com poucos recursos (LIPJART *apud* COLLIER, 2002, p. 53). Entretanto, tais dificuldades encontradas na análise comparada não impedem que as suas potencialidades sejam exploradas, tal como fizeram os comparatistas ao analisar as transições democráticas na América Latina.

3 Estudos comparados sobre transições

Os primeiros estudos comparados sobre as transições políticas foram orientados pela análise de macro-variáveis sociais, econômicas e culturais. Contudo, no início da década de 1980, tiveram início diversas transições pactuadas que incentivaram os analistas a considerarem micro-variáveis políticas em suas análises. Os recursos dos atores envolvidos nos processos, a escolha racional e a qualidade das lideranças estão entre as micro-variáveis que passaram a ser privilegiadas pelos analistas, que não por acaso, comumente foram atores envolvidos no processo (ARTURI, 2001, p. 13). Tais variáveis se mostraram muito

importantes para a compreensão dos processos de democratização dos países latino-americanos:

Em geral, pode-se dizer que os processos de negociação entre as elites autoritárias e seus opositores, assim como no interior dos seus respectivos círculos, tiveram um papel muito mais importante nos processos de democratização latino-americanos dos anos oitenta do que se supôs no início³ (NOHLEN, 1994, p. 05).

Os estudos comparados sobre a transição democrática no Brasil em muito se beneficiaram da introdução dessas micro-variáveis, haja vista que a transição brasileira é conhecida como um caso exemplar de transição pactuada. Entretanto, tais estudos também contribuíram para demonstrar que as análises comparadas sobre transições não devem abandonar a verificação de macro-variáveis. No caso brasileiro, por exemplo, a crise econômica – entre outros fatores, tais como a existência de instituições liberais pré-autoritárias – teve influência decisiva na tomada de decisão das elites autoritárias que estavam no comando do Estado e que conduziram o processo de transição (ARTURI, 2001, p. 15-16).

Sendo assim, muitos autores sugerem um enfoque mediano para compreender as mudanças de regime político. Isto é, a nova proposta que passou a orientar esse tipo de pesquisa, sugere que tanto as macro como as micro-variáveis sejam levadas em consideração nesse tipo de investigação (ARTURI, 2001, p. 15-16). De qualquer forma, a inclusão das micro-variáveis políticas é um importante passo dado pelos estudos comparados sobre transições, pois assim os mesmos inauguraram um novo modelo explicativo que levava em consideração a atuação dos atores envolvidos com a problemática em estudo (NOHLEN, 1994, p. 04).

Além disso, os estudos comparados sobre mudanças de regimes políticos na América Latina também possuem o mérito de discutir conceitos. Durante muito tempo, tais estudos possuíram a característica de serem orientados por modelos europeus, com especial destaque para a Espanha. Muitas vezes também importavam os conceitos, sem levar em consideração as particularidades das experiências latino-americanas (NOHLEN, 1994, p. 04-05).

³ Tradução sob responsabilidade da autora.

A definição de conceitos, para muitos autores, é a base da pesquisa comparada. Por esta razão que Guillermo O'Donnel e Philippe C. Schmitter, na obra "Transições do regime autoritário: primeiras conclusões" – resultado de uma pesquisa comparativa pioneira sobre transições políticas –, se esforçaram em definir alguns conceitos considerados indispensáveis para este tipo de análise. Na referida obra, os autores conferiram certo destaque aos conceitos de transição, liberalização e democratização (O'DONNEL e SCHMITTER, 1988). O conceito de transição, segundo esses autores, pode ser compreendido da seguinte maneira:

As transições delimitam, de um lado, pelo início do processo de dissolução de um regime autoritário e, do outro, pela investidura de alguma forma de democracia, pelo retorno a algum tipo de regime autoritário ou pela emergência de um regime revolucionário (O'DONNEL e SCHMITTER, 1988, p. 22).

Portanto, transições políticas correspondem a um período de troca de regimes políticos. Como no caso da América Latina, com o fim das ditaduras militares – marcadas pelo desrespeito a inúmeras garantias e direitos individuais –, foi dado início a uma busca pela democracia, também se faz necessário compreender o conceito de democratização, que muitas vezes é confundido com o conceito de liberalização. É claro que a relação entre eles é estreita, contudo, não são sinônimos (O'DONNEL e SCHMITTER, 1988, p. 22). De acordo com O'Donnel e Schmitter, liberalização diz respeito ao "processo de tornar efetivos determinados direitos que projetam tanto os indivíduos como os grupos sociais de atos arbitrários ou ilegais cometidos pelo Estado ou por uma terceira parte" (O'DONNEL e SCHMITTER, 1988, p. 22). A democratização, por sua vez:

Refere-se aos processos mediante os quais as regras e procedimentos da cidadania são aplicados a instituições políticas previamente dirigidas por outros princípios [...], ou são expandidos, para incluir pessoas que antes não gozavam desses direitos nem estavam submetidas a essas obrigações [...] ou, ainda, estendidos de forma a dar conta de temas e instituições que previamente não se encontravam sujeitas à participação dos cidadãos (O'DONNEL e SCHMITTER, 1988, p. 26).

Percebe-se que a liberação e a democratização estão muito interligadas, contudo, é importante destacar que a liberalização pode existir sem a democratização. Ela pode possibilitar o início da transição política, mas ela não é a democratização em si. A democratização de um país implica na consolidação de um novo regime político. Segundo Nohlen, para que a democracia se consolide, se faz necessário que todos os grupos sociais significativos entrem em um consenso com relação a escolha deste regime político (NOHLEN, 1994, p. 06). Isto é, a consolidação do regime democrático vai além da liberalização.

Por fim, para entender as transições é preciso definir o conceito de democracia. Segundo Robert Dahl, a democracia tem como característica básica a permissão para que a oposição se organize de forma aberta e legal em partidos políticos, com o direito a fazer oposição ao governo em eleições livres e idôneas (DAHL, 1997, p. 26). Também é considerado pré-requisito para a existência de regimes democráticos de fato, a ausência de atores com poder de veto sobre a participação de outros atores e, além disso, a ausência de instituições estatais que não se submetam ao poder democraticamente eleito (ARTURI, 2001, p. 12-13).

É certo que não existe unanimidade quanto a todos esses conceitos entre os estudiosos da temática, mas sem defini-los não se pode dar continuidade à análise. Para muitos autores, a comparação é a metodologia que possibilita a elaboração de tais conceitos, tão necessários para a compressão dos processos de transição política (NOHLEN, 1994, p. 02). Como as transições políticas na América Latina foram muito distintas, a definição dos conceitos de transição, liberalização, democratização e democracia se torna pré-requisito para a realização da análise comparada. Apenas após defini-los é que se pode tentar resolver um dos problemas centrais na investigação comparada sobre transições políticas: a definição do início e do fim do processo (NOHLEN 1994, p. 06).

Para alguns autores, esta definição deve ser um dos primeiros passos em uma análise comparada sobre transições políticas na América Latina. Em um estudo comparado buscando compreender a transição para a democracia no Brasil, André Marengo dos Santos (2007) argumenta que os processos de democratização são formados por uma sequência de etapas, cuja identificação possibilitaria verificar comparativamente os fatos que marcam o início, o período intermediário, e o fim do processo de transição. Seriam elas:

1) o início da *liberalização* do regime autoritário; 2) a instauração de um governo civil ou pós-autoritário; 3) a promoção de eleições como fórmula de preenchimento de postos governamentais nacionais; 4) a eleição para chefe de governo de um político de oposição ao antigo regime; 5) a eleição de partido(s) de esquerda para chefia do governo (SANTOS, 2007, p. 76).

Para o autor, ao analisar tais etapas, pode-se verificar a reinstalação gradual da garantia aos direitos políticos e sociais que caracterizam um regime democrático. Esta demarcação do intervalo temporal entre o início da liberalização e o início de um governo pós-autoritário permitiu ao autor verificar a dinâmica dos processos de transição. Segundo Santos (2007), os estudos comparados sobre as transições ocorridas nas décadas de 1970 e 1980 foram os responsáveis pela classificação das transições políticas em três tipos distintos: *transação*, *afastamento voluntário* ou *colapso* (SANTOS, 2007, p. 89).

Uma transição por *transação* se dá quando as elites que estão no poder, diante do aumento dos custos para a manutenção do regime autoritário, dão o ponto de partida ao processo de transição. Ao dar início à transição, tais forças objetivam poder aproveitar-se do poder que ainda têm em mãos para negociar uma boa posição política após o fim do regime autoritário. Assim, conduzem o processo de democratização, introduzindo medidas liberalizantes e fixando limites na atuação dos atores envolvidos. Brasil e Espanha são considerados os melhores exemplos para este tipo de trajetória, segundo os estudiosos da temática. A transição através do *afastamento voluntário*, por sua vez, tem a mesma matriz da transição por transação, isto é, também é conduzida pelas forças que estavam no comando do Estado durante o período autoritário. A variação se encontra no grau de deterioração do regime autoritário. Por fim, a transição por *colapso* ocorre quando graves derrotas e crises internas impedem que as elites no poder conduzam a transição com o objetivo de conseguir vantagens no período pós-autoritário. Em geral, nesses casos a queda do governo autoritário ocorre rapidamente. Foi o caso de Portugal, em 1974, e da Argentina em 1983 (SANTOS, 2007, p. 89-90).

Os países latino-americanos, que passaram por processos de democratização durante a década de 1980, não se diferenciam apenas na forma como seu deu a transição. Como existiram diversos tipos de autoritarismos no continente, os processos de transição também tive-

ram pontos de partida diferenciados. Além disso, estes países tiveram experiências pré-autoritárias completamente distintas. Dieter Nohlen destaca que alguns países - tais como Chile e Uruguai - mantinham uma forte tradição democrática, enquanto outros - tais como Brasil e Argentina - passaram por alternâncias entre governos autoritários e democráticos. Existem ainda casos como o do Paraguai, cujo desenvolvimento foi marcado pelo autoritarismo (NOHLEN, 1994, p. 02).

Contudo, é importante recordar que apesar de terem passado por processos de transição e experiências políticas tão distintas, os países latino-americanos compartilham uma história e algumas características sociais, econômicas e políticas. A formação das suas sociedades e das suas economias foi marcada pelo passado de exploração colonial européia. Extrema concentração de renda, endividamento externo e a dependência estrangeira, geralmente estão presentes entre as características dos mesmos.

Diversos outros países, que não compartilham tais características, também passaram por processos de redemocratização durante esse curto período de tempo. Segundo Samuel P. Huntington, na sua obra "A terceira onda: a democratização no final do século XX", cerca de 30 países europeus, asiáticos e latino-americanos fizeram parte da terceira onda de democratização, que foi inaugurada pelo fim da ditadura portuguesa em 1974. Portanto, a maré democrática que pouco a pouco iria começar a ganhar proporções mundiais, se manifestou primeiramente na Europa. Após Portugal, países como Grécia e Espanha também trocaram regimes políticos autoritários por governos democráticos (HUNTINGTON, 1994, p. 30-31).

Tantos casos de quedas de regimes autoritários durante um mesmo espaço de tempo, em países tão distintos, incentivaram os questionamentos acerca das causas e das condições que possibilitariam a emergência do regime democrático. Muitos estudiosos consideraram que confrontar esses casos, através da metodologia comparativa, poderia tornar o fenômeno mais compreensível.

Guy Hermet é um dos analistas que buscou compreender as transições na América Latina através de uma perspectiva comparada. Em seu estudo, o autor relembra que as dificuldades em selecionar um método para esse tipo de análise são várias, haja vista que se trata de um grande número de processos de democratização, muito distintos

entre si, que ocorreram em um período de tempo considerável (HERMET, 2001, p. 13). Porém, apesar das suas limitações, a metodologia comparada permite verificar as especificidades de cada caso e, ao mesmo tempo, permite observar as generalizações. Com efeito, comparando as transições do Leste europeu com as da América Latina, o referido autor pôde observar algumas diferenças e semelhanças que ajudam a compreender a dinâmica desses processos.

A primeira diferença observada pelo autor diz respeito à concepção de modelo democrático ideal para estes países. Segundo Guy Hermet, os países latino-americanos nunca sonharam com a democracia; entretanto, a maioria dos seus governantes autoritários procurou manter o discurso de busca pela democracia. Os direitos sociais ainda não estão ao alcance de todos e, além disso, os regimes democráticos latino-americanos ainda não deram respostas à sociedade quanto às violações de direitos humanos cometidas pelos militares. Tudo isso contribuiu para que exista uma “memória da rotativa fatal da democracia e do autoritarismo” (HERMET, 2001, p. 25). Esses fatos estão entre os motivos que levaram Guy Hermet a considerar que a democracia latino-americana é cheia de contradições, diferente do que ocorre na maioria dos países do Leste europeu (HERMET, 2001, p. 24-25).

Outras diferenças que convém destacar são ligadas à profunda desigualdade que marca o continente latino-americano e ao fato de que o autoritarismo dos governantes militares desse continente é muito diferente do totalitarismo ou pós-totalitarismo europeu. Além disso, os próprios processos de transição foram, em geral, muito diferenciados, pois na América Latina predominou o modelo pactuado:

À medida que os governos militares e seus partidários descobriram, por sua vez, de maneira simétrica, que o autoritarismo não era mais viável no contexto da depressão econômica dos anos 1980 e da globalização, os dois campos encontraram-se no meio do caminho, na América Latina. Já no Leste europeu, os membros das *nomenklaturas* de todo tipo tiveram ou de retratar-se, fantasiando-se de democratas, ou de reconverter-se no setor econômico, tomando conta dele, ou, ainda, no caso dos mais velhos, retrair-se em exílio interior (HERMET, 2001, p. 29-30).

A análise comparada permite observar também as semelhanças. Para Hermet, entre os paralelismos entre a América Latina e o Leste europeu, pode-se citar a rivalidade entre democratas e populistas, a visão paternalista que ambas as populações tem sobre a democracia e a influência da “memória do passado sobre as mudanças políticas” (HERMET, 2001, p. 32). Mas a semelhança mais importante para o autor, se refere às transições políticas. Estes dois grupos de países passaram por processos de democratização rápidos e sofrem pressão por parte das “velhas democracias” para que atinjam um nível de excelência democrático que as próprias apenas alcançaram com o tempo (HERMET, 2001, p. 32-33). Tal pressão ignora o contexto e as particularidades das novas democracias que os estudos comparados ajudaram a enxergar.

Assim, percebe-se que as transições democráticas dos países latino-americanos não casos isolados. Na realidade, fazem parte de uma grande maré democrática que alcançou proporções mundiais no final do século XX. Comparando, objetiva-se aprender com esses processos, com o objetivo final de oferecer explicações não apenas para a emergência de regimes democráticos, mas para a democracia em si.

4 Considerações

Os estudos comparados sobre transições políticas demonstram que o método comparativo pode trazer contribuições relevantes para a compreensão dos fenômenos analisados pelas ciências sociais. No caso dos estudos sobre os processos de mudanças de regime político na América Latina, o método comparativo trouxe importantes resultados. Ao comparar, levando em consideração as particularidades do continente, permitiu o debate acerca de conceitos tão correntes nos dias atuais como transição, liberalização, democratização e democracia. Também permitiu verificar padrões de transição (*transação*, *afastamento voluntário* ou *colapso*) sem deixar de destacar as particularidades de cada caso, bem como as similitudes e as diferenças entre os casos analisados. Além disso, introduziu novas micro-variáveis, que demonstraram que a atuação dos atores importa para a compreensão dos fenômenos sociais. Dessa forma, podemos perceber que as limitações dessa metodologia não impedem que as investigações comparadas forneçam dados significativos. Ao contrário, a análise comparativa se confirma

como uma importante possibilidade metodológica para os cientistas sociais.

Referências

ARTURI, Carlos S. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. **Revista de Sociologia e política** (Dossiê Transição Política), Curitiba, nº 17, p. 11-31, 2001.

BADIE, Bertrand e HERMET, Guy. **Política comparada**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

COLLIER, David. El método comparativo: dos décadas de câmbios. In: SARTORI, G.; MORLINO, L. (Comps.). **La comparación en las ciencias sociales**. Madrid: Alianza Editorial, 2002.

DAHL, Robert A. **A poliarquia**. São Paulo: Ed. USP, 1997.

HERMET, Guy. As transições democráticas no século XX: comparação entre América Latina e Leste europeu. In: ABREU, A. A. (Org.). **Transição em fragmentos: desafios da democracia no final do século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

HUNTINGTON, Samuel P. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

NOHLEN, Dierter. **Investigación sobre la transition em America Latina: enfoques, conceptos**, tesis. Arbeitspapier, nº 11, Heildelberg: Institut Fur Politische Wissenschaft, Univ. de Heildelberg, 1994.

O'DONNELL, G. e SCHMITTER, P. **Transições do regime autoritário: primeiras conclusões**. São Paulo: Vértice, 1998.

SANTOS, André Marenco dos. Devagar se vai ao longe? A transição para a democracia no Brasil em perspectiva comparada. In: MELO, C. R.; SAÉZ, M. A. (Orgs.). **A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SARTORI, Giovanni. Comparación y método comparativo. In: SARTORI, G.; MORLINO, L. **La comparación en las ciencias sociales**. Madrid: Alianza Editorial, 1994a.

_____. Bien comparer, mal comparer. **Revue Internationale de Politique Comparée**, Bruxelles, vol. 1, n^a 1, p.19-36, 1994b.

Teresa Cristina Schneider Marques
E-mail: teresacsm@gmail.com

Artigo recebido em maio/2010.
Aprovado em junho/2010.